

O Caráter Comunicacional das Assembleias Indígenas: A Comunicação Para Além da Transmissão de Informações¹

Bryan Chrystian da Costa ARAÚJO²
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RR

RESUMO

Pensando as práticas de comunicação não convencionais ou midiáticas, pretendemos, neste resumo, entender o que há de comunicacional nas Assembleias Gerais dos Povos Indígenas de Roraima, reuniões realizadas há mais de 50 anos pelas lideranças do Movimento dos Povos Indígenas no estado mais setentrional do Brasil. Para tanto, realizamos, neste estudo, um movimento de definição do conceito de comunicação a partir de aportes de Ciro Marcondes Filho (2011) e de Muniz Sodré (2015). Tal problematização auxilia na apreensão ontológica do fenômeno (Assembleias Indígenas), assim como no entendimento de como estas se constituem enquanto prática comunicativa.

PALAVRAS-CHAVE: Assembleias Indígenas; Práticas de Comunicação; Amazônia;

PARA ALÉM DA TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÕES

Percebemos em nosso tempo que o campo de estudos em comunicação ainda tem experimentado uma espécie de dualidade (WOLF, 2001) que mais limita o avanço das pesquisas da área de conhecimento do que amplia o leque de objetos estudados. Os impasses encontrados nessas propostas repousam sobre as ausências, sobre a não contemplação dos anseios atuais de pesquisa e, principalmente, pela falta de um conceito que definia o que se entende por comunicação.

Ciente disso, pretendemos compreender o caráter comunicacional das Assembleias Gerais dos Povos Indígenas de Roraima, reuniões políticas não midiáticas realizadas de forma histórica entre lideranças indígenas. Para isso, tomamos como ponto de partida, o debate sobre conceito de comunicação promovido por Ciro Marcondes Filho (2011) e Muniz Sodré (2015).

¹ Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do 20º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 14 a 16 de junho de 2023.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGCC-UNISINOS), email: bryancaraujo@gmail.com.

Como expõe *Ciro Marcondes Filho (2011)*, a definição do que é comunicação não é uma questão secundária no campo, uma vez que se a falta de uma tese que a defina prejudica o estudo dos fenômenos que lhe referem. A área, nesse sentido, encontra-se dividida. Há aqueles, por exemplo, que afirmam que tudo é comunicação. Em contrapartida, outros defendem que a comunicação é um fato improvável, impossível de se definir ou localizar.

Do mesmo modo, segundo *Sodré (2015)*, o termo comunicação tem sido utilizado como síntese de uma variedade de práticas. Tal síntese, no entanto, não contribui para a apreensão do termo dentro de uma unidade. O autor (2015) considera, portanto, ser importante recuperar a origem do termo para que se possa atribuir a esse um sentido mais preciso. Segundo *Sodré (2015)*, a palavra comunicar ou comunicação tem origem no latim *communicatio/comunicare* com o significado de “agir em comum” ou “partilhar”. Devido a essa associação com a noção de “partilhar”, *Sodré (2015)* explica que o termo comunicação passou a ser associado, a partir do século XX, à ideia de “coisa comunicada” reforçada na palavra em inglês “communication”.

Como resultado, o termo mídia, em referência aos meios tecnológicos de transmissão de informação, passou a ser utilizado como sinônimo de comunicação. Todavia, *Sodré (2015)* alerta que é importante ter em mente que apesar de não ter o mesmo significado empregado ao termo comunicação de origem latina, o objetivo ideológico do sistema midiático é alcançar, através do compartilhamento de informação, o espaço da troca dialógica supostamente contida na comunicação.

O diálogo é aqui essencial para o conceito de comunicação desenvolvido por *Sodré (2015)*, visto que este é interpretado como a construção de pontes entre diferenças e como a capacidade de penetração numa razão. Nessa perspectiva, o autor aponta que o diálogo é narrativa essencial ao comum e por esse motivo é próximo ao conceito de comunicação de origem latina, referente ao ato de organizar um espaço para dividir ou partilhar um comum. Diálogo é, assim, a constituição de um saber comum que toma lugar nas mediações organizadas pela comunicação.

Nessa mesma perspectiva, *Marcondes Filho (2011)*, ao definir a comunicação, ressalta a interação como um componente essencial na prática comunicacional. Para ele, mais do que troca entre dois sujeitos, a interação deve ser entendida aqui de forma profunda, como um espaço onde sujeitos criam algo verdadeiramente novo a partir das

experiências compartilhadas. Ou seja, a interação, assim como o diálogo, pressupõe a superação da ideia de transmissão, compreendo a ideia de criação e reformulação. Para Marcondes Filho (2011) a comunicação é um processo raro, já que envolve uma relação qualitativa com a sociedade. A interação, enquanto processo raro, diante disso, toma lugar nos espaços de mediação de sentido organizadas pela comunicação.

A ênfase no aspecto organizativo da comunicação é outro elemento central na conceituação de Comunicação. Conforme Sodré (2015) no necessário arranjo das pessoas e das coisas que tomam lugar nas sociedades contemporâneas, a comunicação trabalha na organização do imprescindível e do comum humano. O comum é compreendido aqui como os resultados da produção social necessários à interação. É, ainda, o sentido, antes mesmo de ser pensado ou expressado, portanto, algo que ancora o homem na existência. Esse comum revela-se na comunicação através de formas simbólicas que aproximam as diferenças. Em outras palavras, é o trabalho de relacionar e pôr em comum formas separadas ao modo de um equivalente geral.

Essa problematização também está presente na argumentação traçada por Marcondes Filho (2011). De acordo com o autor, a comunicação é uma forma de relacionar com os sinais existentes em nossa sociedade. Como resultado, o autor afirma que a comunicação exige uma predisposição do sujeito, assim como sua intencionalidade. É necessário que ocorra uma transformação qualitativa, que exista uma abertura para acolher e interpretar os sinais expressos nesse espaço comum de criação e organização que é a comunicação.

A natureza organizativa da comunicação diz respeito, nesse quadro, ao trabalho de tradução de saberes e não de transmissão. Tal trabalho de tradução deve partir de uma condição de possibilidade, de uma existência e experiência possível que pode ser convertida em uma forma comum. Diante disso, o homem se comunica porque traduz aquilo que pensa em formas simbólicas que podem ser compreensíveis a todos que estão imersos em um mesmo contexto sociocultural.

Isso posto, as práticas de comunicação são aqui entendidas como espaços organizados em função de um comum a ser compartilhado. Elas não têm a ver, portanto, só com coisa comunicada ou com as técnicas de transmissão de informação, o relevante é que essas práticas estão organizadas com o objetivo de partilhar um comum. Agora se

nosso objeto de estudo foi organizado com esse princípio é o que veremos no desenrolar dos próximos parágrafos.

AS ASSEMBLEIAS INDÍGENAS DE RORAIMA

Para este estudo, foram analisadas as edições de 1977, 1984, 1987, 2006 e 2021 das Assembleias Indígenas. Esta análise teve como fonte um corpo documental composto por atas, ofícios, cartas à FUNAI e outros documentos bibliográficos. A estrutura metodológica tem como base um roteiro etnocartográfico estruturado por Santi e Araújo (2022) que propõe a realização de uma pesquisa documental contextual tendo como objetivo a análise de documentos que ainda não passaram por um tratamento analítico a fim de atribuir concretude ao problema estudado.

Promovida anualmente pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Assembleia Geral dos Povos Indígenas é uma reunião multiétnica das lideranças dos povos tradicionais do estado. O evento é um espaço de deliberação política, organizacional e de análises conjecturais tanto das ações do Movimento dos Povos Indígenas e do CIR a nível estadual, nacional e internacional quanto dos principais temas envolvendo o cotidiano das comunidades indígenas.

Historicamente, a realização das Assembleias Gerais esteve associada intimamente ao trabalho socioeducativo realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) junto aos nativos brasileiros a partir de 1972. Essas reuniões, no entanto, não podem ser consideradas como práticas estranhas aos indígenas, visto que encontros entre os nativos já eram realizados mesmo antes de um apoio mais definitivo da Igreja Católica.

Athias (2002) registra que a primeira Assembleia Indígena ou, como era chamada, Assembleia dos Tuxauas, foi realizada na Missão Surumu, Norte de Roraima, em 1971. Não há, entretanto, registros documentados que especifiquem o número de participantes ou mesmo a duração da reunião. Todavia, sabe-se que os nativos se reuniam após atividades educativas da Igreja para debater a expropriação de Terras Indígenas.

As reuniões realizadas entre os indígenas, mesmo que não representassem um movimento tradicional, faziam parte de um processo inicial de formação de uma nova prática política que tinha o objetivo de criar um espaço de comunicação entre os nativos que, através dos encontros, passavam a reconhecer problemas e objetivos comuns relacionados ao avanço da sociedade nacional sob seu território.

Segundo Aldo Mongiano (2011), as Assembleias seguiam uma metodologia que procurava reservar o maior espaço possível às discussões realizadas entre as lideranças indígenas para que estas expusessem os problemas enfrentados. Com base nisso, no delineamento dessas Assembleias como práticas de comunicação, devemos lembrar que, como postula Marcondes Filho (2011) e Sodré (2015), comunicar diz respeito a capacidade humana de organizar espaços de media o em fun o de um comum a ser partilhado. Tal conceito distancia as práticas de comunica o da ideia de transmissão de informa es e se aproxima da ideia de partilha, relacionada ao encontro de indivíduos interlocutores.   a partir dessa conceitua o que tomamos as Assembleias enquanto práticas de comunica o.

Como demonstramos no decorrer deste resumo, as Assembleias foram organizadas com o intuito de funcionar como um espaço onde os líderes indígenas poderiam compartilhar suas experiências comuns frente aos desafios impostos pelo invasor não-indígena. Nesse cenário, as Assembleias funcionaram e ainda funcionam como lugar de partilha de um comum entre os indígenas, seja das suas experiências com a política indigenista ou de suas vivências culturais cotidianas. Outra característica fundamental que reforça esse caráter comunicacional das Assembleias   a natureza dialogal dessas práticas. Como visto no estudo, o diálogo e a intera o são ferramentas elementares na constru o de pontes entre as diferenças que possibilitam que o ato de comunicar seja muito mais do que apenas transmissão, mas, sim, a constitui o de um campo onde os saberes podem ser compartilhados e reformulados.

REFERÊNCIAS

ATHIAS, R. **Temas, problemas e perspectivas em etnodesenvolvimento**: uma leitura a partir dos projetos apoiados pela OXFAM (1972-1992). Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 49-86, 2002.

MARCONDES FILHO, C. **Dois doenças infantis da comunica o**: a insuficiência ontológica e a submissão   política. Uma discussão com José Luiz Braga. Matrizes, Ano 5, n  1, ago/dez. 2011, São Paulo: ECA/USP – p. 169-178, 2011a.

MONGIANO, A. **Roraima entre profecia e martírio**: testemunho de uma Igreja entre os índios nas lembranças de Dom Aldo Mongiano, missionário da Consolata; Bispo de Roraima de 1975 a 1996. Tradu o: Bruno Schizzerotto. Boa Vista: Diocese de Roraima, 2011.

SANTI, V.; ARAÚJO, B. **Cartografia das práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima**. Trabalho apresentado no XXXI Encontro Anual da Comp s, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz – MA, 2022.

SODRÉ, M. **A ciência do comum:** notas para o método comunicacional. Editora Vozes Limitada, 2015.

WOLF, M. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Presença, 2001.